

O Jornal e a Leitura no Oitocentos Brasileiro¹

Professora Doutora Patrícia Kátia da Costa Pina²
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

RESUMO:

Este trabalho pretende estudar práticas editoriais próprias do século XIX brasileiro, associadas à produção literária (ou não) publicada nos jornais, sua circulação e sua recepção, a partir do enfoque de textos publicados por Machado de Assis na imprensa da época. Trata-se de um estudo da importância da diagramação das páginas, da relação texto/anúncio, do uso de imagens, do tipo utilizado para a impressão do texto, do tamanho do periódico, enfim, das estratégias dos tipógrafos/editores de jornais, no Brasil do oitocentos, a fim de que pudessem aproximar do jornal uma sociedade oralizada por séculos de um colonialismo controlador do impresso. A História da Leitura produzida por Roger Chartier, bem como reflexões de Luiz Costa Lima e outros estudiosos da cultura impressa, fundamentam este estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura escrita e cultura oral; Suportes da escrita; Práticas editoriais

I. Oralidade e Jornalismo

No dia 28 de março de 1933, o escritor Humberto de Campos publicou, na página dois do *Diário da Tarde*, periódico ilheense de destaque na sociedade da época, o protesto “Elogio do Analfabetismo”, de onde destaco o fragmento a seguir: “Brasileiro que sabe ler o nome não pega mais no cabo da enxada, abandona a lavoura, e vem para a cidade...”³. Sua concepção de ordem social, cultural e econômica fica clara no texto em questão: há indivíduos privilegiados – os donos das terras – que podem e devem estudar, dominar as letras e os cálculos; há, por outro lado, aqueles que, desprovidos da posse das mesmas e de quaisquer outros bens, devem contentar-se em “servir aos senhores”. Campos termina a *crônica*: “Quem planta alfabeto não apanha feijão”⁴. Ou seja, para esse intelectual, poucos deveriam ler e escrever, e muitos deveriam, com seu suor cotidiano, sustentá-los, na eterna reprodução de uma ordem social patriarcal, capitalista e, mais que tudo, cruel.

¹ Trabalho apresentado ao NP04 – Produção Editorial, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

² Professora de Teoria da Literatura da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, autora de *Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro* (Ilhéus, EDITUS, 2002), organizadora da Revista *Literatta* (Ilhéus, EDITUS, 2002), autora de artigos publicados em jornais e periódicos especializados. E-mail: patpina@hotmail.com

³ CAMPOS, Humberto de. “Elogio do Analfabetismo”. In.: *Diário da Tarde*. Ilhéus, 28 de março de 1933., p.2

⁴ _____. Op. cit., idem.

Esse patriarcalismo brasileiro remonta aos tempos coloniais e vem do outro lado do oceano. A Metrópole construiu, nos séculos em que explorou nossas riquezas materiais e humanas, um país dividido entre os que *tinham e sabiam* e os que *não tinham e não conseguiam nunca saber*. Não tínhamos escolas, ou as tínhamos em pequeníssimo número; não tínhamos imprensa; não tínhamos meios de produção e ampla circulação de conhecimento, enfim.

Somente a partir de 1808, o Brasil conquistou o direito de contar, oficialmente, com tipografias, direito este que, nos sendo negado nos séculos precedentes, reduziu nossas letras impressas à marginalidade. Com a chegada de D. João VI e a transferência da Corte para cá, entramos, tardiamente, na era da imprensa. Mas, tudo o que é impresso demanda leitura, supõe-se. E como, até então, o impresso era raro, a habilidade da leitura era um tanto ociosa, pelo menos, no que tange aos grupos populares e, em particular, às mulheres e aos negros.

Na parte introdutória de *A letra e a voz*, Paul Zumthor estuda três formas de oralidade: a *primária*, própria de grupos analfabetos, sem contato algum com a escrita; a *mista*, que sofre influência externa da escrita; a terceira, chamada *segunda*, que se refaz pelo papel e pela tinta. Assim ele distingue *cultura escrita* (possuidora de uma escritura) e *cultura letrada*, na qual “...toda expressão é marcada mais ou menos pela presença da escrita...”⁵

Mesmo voltadas para a Idade Média europeia, as reflexões de Paul Zumthor abrem caminho para que se reflita sobre as práticas culturais oitocentistas brasileiras. Nós não eliminamos radicalmente a oralidade; aqui, escrita e oral partilham a cultura. A voz surge como alternativa para o olho, permitindo que a leitura fique na interseção visual/auditivo e contactando diretamente o universo oral do leitor.

O Brasil do início do século XIX era carente de editoras, livrarias e periódicos. Com o correr do século, a situação muda em parte, surgem livreiros, editores de periódicos⁶. Mas os leitores, esses espécimes raros, demandavam uma verdadeira empreitada de caça por parte dos produtores de bens culturais impressos. Essa precariedade, se criou obstáculos para a formação de grupos de leitores, por outro lado, viabilizou o aproveitamento dos

⁵ ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. p. 18

⁶ PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro*. Ilhéus, EDITUS, 2002. p.29-59.

protocolos de comunicação oral que reinavam por estas plagas, deu margem à sua incorporação aos padrões do impresso, aproximando este último de possíveis receptores.

Tal incorporação, como a entendo, significou, de certa forma, fazer do papel e da tinta substitutos do corpo e da voz dos contadores de *causos*, dos porta-vozes das instâncias administrativas etc, num processo de modernização das ações de produção e de recepção. Se, nas práticas culturais marcadas pela oralidade, o tom, o gesto, dão suporte à voz, no âmbito das práticas letradas, tornou-se necessário o estabelecimento de instrumentos que orientassem a recepção do impresso, mediando o trânsito do oral para o escrito.

Segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman, “...só existem o leitor, enquanto papel de materialidade histórica, e a leitura, enquanto prática coletiva, em sociedades de recorte burguês, onde se verifica no todo ou em parte uma economia capitalista.”⁷ Leitor e consumidor são, portanto, termos equivalentes no dezanove, não só brasileiro. Enquanto indivíduo de carne e osso, o leitor do dezanove é o mantenedor do comércio cultural: orientar seu gosto, estabelecer modos de habituá-lo a determinado tipo de texto e/ou de publicação eram ações autorais/editoriais importantíssimas.

Nesse contexto, o jornalismo foi fundamental. Suas características – periodicidade, universalidade, variedade de temas e matérias, atualidade, difusão – fazem dessa prática cultural um grande instrumento de agregação de público (leitores e/ou ouvintes). O jornalismo desenha o espaço social, marca seus contornos, suas áreas de interseção; tudo, nas páginas dos jornais, tem uma seqüência, obedece a uma ordem. Dessa forma, os produtores de cultura impressa, especificamente, os tipógrafos e editores de jornais, desde os inícios do século XIX, constroem suas páginas, a fim de que pudessem atender às necessidades e expectativas dos indivíduos que, em função da nova ordem social e econômica, passavam a ser vistos como consumidores em potencial.

Em 1859, Machado de Assis publica, no *Correio Mercantil*, uma apologia ao Jornal:

Tudo se regenera: tudo toma uma nova face. O jornal é um sintoma, um exemplo desta regeneração. A humanidade, como o vulcão, rebenta uma nova cratera quando mais fogo lhe ferve no centro. A literatura tinha acaso nos moldes conhecidos em que preenchesse o fim do pensamento humano? Não; nenhum era vasto como o jornal, nenhum liberal, nenhum democrático, como ele. Foi a nova cratera do vulcão.⁸

⁷ LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo, Ática, 1996. p. 16

⁸ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “O Jornal e O Livro”. In.: _____. *Obra completa*. 5ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1985. V.3. p.943-944

Aos vinte anos de idade, o Bruxo do Cosme Velho lança um de seus feitiços, através do texto “O Jornal e O Livro”, do qual foi retirado o fragmento acima. O feitiço a que me refiro é a confissão pública de sua paixão pelo jornalismo, paixão que ele almejava contagiante.

Referindo-se ao jornal como uma alavanca de Arquimedes no que tange à inteligência humana, é à possibilidade jornalística de penetração social que Machado de Assis rende homenagem. Para enfatizar a importância do jornalismo, o romancista fluminense faz uma breve reflexão sobre as relações entre a imprensa e o livro:

O livro era um progresso; preenchia as condições do pensamento humano? Decerto; mas faltava ainda alguma coisa; não era ainda a tribuna comum, aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo como ele o centro de um sistema planetário. A forma que correspondia a estas necessidades, a mesa popular para a distribuição do pão eucarístico da publicidade, é propriedade do espírito moderno: é o jornal.⁹

O livro era pouco: de circulação restrita, de manuseio *difícil*, interessando diretamente quase que apenas a um grupo seletivo de indivíduos cujos hábitos culturais foram estabelecidos quer no convívio escolar e acadêmico, quer no convívio social com outros indivíduos de formação cultural erudita, caso do próprio Machado de Assis, o livro só atendia em parte aos anseios de difusão cultural próprios desse escritor e de seus contemporâneos.

Reside aí a importância do jornal: diários, semanais, quinzenais ou mensais, os periódicos vinham preencher uma imensa lacuna no Brasil oitocentista – vinham mediar as relações entre a cultura oralizada, ou auditiva, que se constituiu e firmou no Brasil Colônia, e a cultura letrada, pautada pela inserção e circulação do impresso como mídia veiculadora e organizadora do pensamento. Era *fácil* ler um jornal: suas folhas se dobravam, era pouco volumoso, podia ser guardado até nas algibeiras. Podia ser lido na esquina, compartilhado por muitas pessoas. O jornal incluía, assim, os trânsitos cotidianos oitocentistas em suas possibilidades de apropriação, as quais já estavam previstas e configuradas em sua materialidade, em sua forma.

⁹ _____. Op. cit., p.945

Na teorização de Luiz Costa Lima, há uma distinção entre oralidade e auditividade. O primeiro conceito é por ele entendido como próprio de culturas desconhecedoras da escrita, as quais têm na palavra falada o instrumento maior para a construção e a manutenção da memória e das tradições grupais. O segundo, por sua vez, caracteriza o uso de estratégias de aprendizagem, produção e circulação de conhecimentos de natureza oral, por parte de culturas que conhecem e dominam a escrita. A auditividade, assim, traz um peso negativo, pois implica o desprestígio do escrito e do impresso. Para o referido pesquisador, “...a cultura *auditiva* é profundamente uma cultura de persuasão. Mas da persuasão sem o entendimento. Onde, da persuasão sedutora.”¹⁰ Considerando a cultura brasileira como marcada pela auditividade, Luiz Costa Lima a caracteriza como uma espécie de reino do espetáculo, onde viceja o ornamental e ilusório. Como se organizaria a empresa jornalística nesse Brasil espetaculoso?

Ao jornal caberia a tarefa de estabelecer um universo de receptores, a partir daquilo que era vivenciado no cotidiano da sociedade. Os antecessores do jornal diário – dentre eles destaque-se a leitura coletiva, em praça pública, de ordens, leis, avisos oficiais – supriram, por alguns séculos, as necessidades de comunicação dos que aqui viviam e contribuíram para que se estabelecesse uma tradição de oralidade. O jornal dialoga com as marcas deixadas por essa tradição, revisita-a e a coloca em interação com as mudanças culturais trazidas pelo século XIX.

Trata-se de um processo por demais complexo, no qual o jornalismo brasileiro tenta se inserir desde 1808, com a chegada da Família Real, a Imprensa Régia, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*, tendo, a princípio, Portugal como referência e, com o periódico de Hipólito da Costa, o Brasil como núcleo explícito de suas tentativas de construção de um grupo receptor expressivo, que consumisse o produto cultural, fazendo-o circular mais ampla e livremente.

II. O Jornal e sua Importância como Suporte da Escrita

Para Machado de Assis,

¹⁰ LIMA, Luiz Costa. “Da Existência Precária: O Sistema Intelectual no Brasil”. In.: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981. p.16

O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social.¹¹

Além de mudar as práticas de produção literária, e isso por envolver um público amplo, “democrático”, diferente das elites habituadas ao consumo do livro, o jornal – e os demais periódicos, acrescenta-se – abalaria as estruturas das sociedades a ele sujeitas. E por que tal convicção? No Brasil, especialmente, porque o jornalismo, na ótica machadiana, efetuará um processo de educação informal, levando esse novo público, historicamente habituado aos ornamentos discursivos que incentivavam a crença e a adesão às idéias alheias, a fazer contato com uma maneira de produzir e divulgar bens culturais cuja ênfase vai para o individual, o particular, o reflexivo.

Cumpra ressaltar que a questão não é problematizar uma possível ameaça ao livro pela “popularidade” do jornal. André Belo assinala que

O sentimento de que o livro estava ameaçado apareceu pela primeira vez na segunda metade do século XIX, no momento em que, por razões econômicas, culturais e tecnológicas, a leitura dos jornais se popularizou, chegando a novas franjas de leitores que não liam livros habitualmente.¹²

As relações entre livro e jornal medem-se exatamente pelo tipo de público a que cada uma dessas mídias atende, pelos usos a que cada uma dessas mídias pode se submeter. O livro tem um leitor raro no Brasil Colônia e no Brasil Império, raro por inúmeras razões: pouca escolaridade da população, desprestígio histórico da leitura em favor da audição, preço das publicações etc. Para Marisa Lajolo e Regina Zilberman, “...o livro configura-se como lugar em que a noção de propriedade mostra a cara, conferindo visibilidade a um princípio fundamental da sociedade capitalista, construída a partir da idéia de que bens têm donos, fazem parte das transações comerciais...”¹³ O livro é patrimônio, é bem durável, pertence a uma ordem social ligada à noção de permanência e de valor material agregado. O livro não era e não é para “qualquer um”. Infelizmente...

O jornal responde a uma demanda diferenciada: seu consumidor queria e quer um contato com o cotidiano imediato, quer entretenimento barato, quer conhecimento

¹¹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Op. cit., idem.

¹² BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002. p.20

¹³ LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo, Ática, 2001. p.18

suficiente para “manter a prosa na esquina”. E mais que tudo: não queria – e ainda não quer – perder a segurança de se sentir parte de um processo maior, um processo que não o exclui através de mecanismos de seleção que o caracterizam negativamente em comparação com segmentos sociais privilegiados.

Em “Machado de Assis: Mestre de Capoeira II”, publicado no *Caderno Idéias* do *Jornal do Brasil*, a propósito da edição das crônicas machadianas feita por John Gledson, Luiz Costa Lima dá uma pequena amostra de como se configuraria o caráter auditivo da cultura brasileira na página jornalística: “Ora, curiosamente, o êxito de Machado dependia de que seus leitores estivessem habituados, como ele próprio diria, às letras grandes, tipos *in oitavo*, com muitas ilustrações nas margens.”¹⁴ Essa transposição para o impresso de elementos ornamentais, sugestivos de práticas culturais auditivas, era efetivamente necessária para que o jornal pudesse ter acesso aos novos consumidores que na época ganhavam visibilidade – para que pudesse, sim, seduzi-los. E nessa afirmação não vai nenhum desdouro, é uma questão de “economia de mercado”.

A sociedade brasileira, até a difusão da imprensa, em meados de século XIX, mantém hábitos culturais formados no âmbito da oralidade, isto é, o leitor brasileiro foi criado nos liames da palavra-espetáculo. O ornato o seduz, a reflexão o afasta. É preciso reeducá-lo. Para Machado de Assis, o jornal é a mídia adequada para levar essa tarefa a bom termo, conjugando práticas orais e práticas letradas.

Segundo Lúcia Santaella, a linguagem jornalística insere-se perfeitamente no mundo de consumo capitalista:

O jornal, por seu lado, após um primeiro momento (suas fases ainda artesanais) de importação de beletismo literário, foi gradativamente desenvolvendo seu próprio *know-how* (pós-industrialização) buscando para si uma imagem de objetividade, economia e imparcialidade que o mosaico jornalístico parecia realizar, satisfazendo a necessidade de condensação informativa e fornecendo ao leitor doses cotidianas para sua reserva de acontecimento – (ficção).¹⁵

Enquanto suporte de informação e cultura, o jornal pode suprir as necessidades intelectuais do leitor. Mesmo em sua fase inicial, no Brasil do século XIX, ele poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura

¹⁴ LIMA, Luiz Costa. “Machado de Assis: Mestre de Capoeira II”. In.: *Jornal do Brasil, Caderno Idéias*. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1997. p.5

¹⁵ SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das mídias*. 2ed. São Paulo, Experimento, 2000. p.53

coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos – poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras.

A viabilização da leitura como ato social, da leitura por grupos, da audição do lido, faz do jornal o elemento revolucionário a que se refere Machado de Assis.

Em *A ordem dos livros*, Roger Chartier ressalta a importância do meio material do impresso para a efetivação de um processo receptivo:

Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro.¹⁶

O suporte da escrita, então, influi diretamente no processo de recepção. O livro, ao surgir, incrementou uma elitização da leitura: quer voltado para o estudo, quer para o lazer, o livro demanda, em geral, uma leitura particular e silenciosa, a partir da qual o leitor dialoga tão só com o lido. O livro é objeto de *status*, de determinação do lugar social dos grupos que com ele são habituadas.

Luiz Costa Lima, em “Comunicação e Cultura de Massa”, afirma que, no século XIX europeu, há imensa quantidade de publicações, entre jornais, romances-folhetim etc, mas não há, ainda uma efetiva “cultura de massa”, uma vez que se mantém enorme distância entre produções culturais destinadas à elite cidadina, ao homem urbano, e ao homem rural, por exemplo. Segundo ele, “A comunicação cultural tem suas centrais indicadas nos mapas das cidades: são os teatros e seus sucedâneos, os chás recitativos, os jornais matinais, as salas de concerto.”¹⁷ Isso significa que, na ótica do teórico em questão, nem a produção cultural que se queria voltada para novos e amplos segmentos sociais efetivava seus objetivos de circulação e consumo. Mas, já é um começo de mudança, já é um sinal de incorporação de frações sociais até então excluídas do circuito cultural.

Ao relacionar livros e jornais, Luiz Costa Lima tem um ponto de vista contudístico: entre a adaptação de um dado assunto para um livro e para um artigo de jornal há uma boa distância, o que não impediria que “questões graves” fossem tratadas nos

¹⁶ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Tradução de Mary Del Priore. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994. p.8

¹⁷ LIMA, Luiz Costa. “Comunicação e Cultura de Massa”. In.: MOLES, Abraham A. et alii. *Teoria da cultura de massa*. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 4ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. p 40

dois veículos. Na verdade, enquanto mídias da escrita, livros e jornais têm funções, em geral, diferenciadas: pela periodicidade curta, pela frequência da publicação, pela multiplicidade de assuntos enfocados em uma mesma edição, as *folhas* tendem a tratar panoramicamente o que noticiam, informando o público dos aspectos essenciais de cada fato; os livros, por outro lado, dão um enfoque verticalizado aos assuntos que abordam e isso, no mínimo, por uma questão de volume e extensão.

Segundo Roger Chartier, “O essencial é compreender como os mesmos textos podem ser diversamente apreendidos, manejados e compreendidos”.¹⁸ Essa diversidade não implica, necessariamente, marcas de hierarquização, não faz, por exemplo, o livro melhor que o jornal, mas aponta para a relação indispensável entre conteúdo e suporte material do texto.

Em “Do Livro À Leitura”, Chartier trabalha com a questão da posse do livro e com a questão dos usos do impresso e das formas de apropriação do mesmo, colocando a história do impresso como uma história das práticas culturais a ele associadas: ele expõe duas formas de abordagem da história do impresso e da leitura – a que enfoca a produção de textos e a que aborda a produção de livros. O que importa para a investigação da leitura via produção de textos são as senhas, explícitas ou implícitas, trabalhadas pelo autor, suas instruções ao leitor, as quais têm duas estratégias, a saber, inscrever no texto convenções sociais ou literárias e empregar técnicas que objetivam a produção de um determinado efeito:

Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja.¹⁹

Essas instruções, no entanto, se cruzam com outras, relacionadas ao suporte material da escrita e que envolvem questões tipográficas, como disposição e divisão dos textos, ilustrações etc. Tal trabalho editorial, essa maquinaria externa ao texto, interage com ele, e traz implícito o tipo de leitor a que o impresso se dirige:

¹⁸ CHARTIER, Roger. Op. cit., p.16

¹⁹ _____. “Do Livro à Leitura”. In.: _____ et alii. *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. Introdução de Alcir Pécora. São Paulo, Estação Liberdade, 1996. p.96

Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância ou até mais, do que os 'sinais' textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto. Permitem um comércio perpétuo entre textos imóveis e leitores que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de expectativa do público e propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores.²⁰

O enfoque do suporte material da escrita abre, portanto, espaço para o social. Os protocolos de leitura implicados no impresso indiciam os possíveis usos que cada grupo social pode fazer dele. Como afirma Márcia Abreu: “A leitura não é prática neutra. Ela é campo de disputa, é espaço de poder.”²¹ A percepção da problemática envolvida no consumo do impresso implicou, desde seus começos, um investimento em estratégias capazes de abrir caminhos para que livros, jornais, folhetos, enfim, pudessem circular produtivamente nas sociedades.

Faustino Xavier de Novaes, em tom bastante divertido, publica em *O Futuro*, uma “Chronica”, texto bastante interessante, do qual retiro o seguinte fragmento, para reflexão: “Um periódico que encerra cinco artigos, ocupando 40 páginas, e uma gravura, e que só desagrada pelo formato, é um excelente periódico. Falta-lhe só crescer, ou diminuir, e tudo isso poderá suceder com o tempo.”²² Pode-se perceber que o cronista parece se dar conta da importância do suporte material do impresso em seu processo de consumo e apropriação: tamanho, quantidade de textos, de páginas, presença de ilustrações, localização das mesmas, relação entre o lugar do texto e o dos anúncios, enfim, são fatores decisivos, ao que tudo indica, na relação entre o bem cultural impresso e seu possível e desejado consumidor.

No século XIX brasileiro, ao que tudo indica, independentemente de o escrito circular no livro ou no jornal, sua transformação em moeda cultural de troca cotidiana foi objetivo comum a toda a nossa elite intelectual. O consumo da cultura impressa tornou-se capital nessa época. Aumentá-lo era prioridade, ao contrário do desejo de Humberto de Campos, expresso no protesto de 1933, cuja abordagem deu início a este estudo. Para isso, era preciso tornar essa cultura impressa não apenas um instrumento de educação distensa, informal: o consumidor educado dentro de determinados padrões passaria a exigir a

²⁰ _____. Op. cit., p.98

²¹ ABREU, Márcia. “Prefácios: Percursos da Leitura”. In.: _____. (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, Sp, Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, FAPESP, 2002. p.15

²² NOVAES, Faustino Xavier de. “Chronica”. In.: *O Futuro: periodico litterario*. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rev201, V.1, n1, set.1862. p.1

permanência desses mesmos padrões. *Ele teria as marcas dos textos que lhe eram impostos, até porque essa imposição não era explícita.* Era preciso revolucionar o horizonte de expectativas da época.

III. Na Impossibilidade de uma Conclusão...

No dia 29 de outubro de 1893, Machado de Assis publica, em *A Semana*, uma curiosa crônica. Trata-se da representação de uma conversa entre uma leitora insatisfeita e um cronista, que se afastara da coluna na semana anterior por problemas de saúde. A leitora reclama a presença do cronista, colocando sob suspeita a doença alegada e imputando ao texto a característica de soporífero.²³ É uma leitora ousada, sem dúvida.

O espaço deixado vago por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* do dia 22 de outubro foi ocupado por um texto de Ferreira de Araújo, diretor do referido periódico. Houve, apenas, uma alteração no título da seção usualmente ocupada pelo escritor fluminense: em lugar de “A Semana”, “Uma Semana”. Trocar a definição do “A” pela indefinição do “Uma” poderia dar ao leitor habituado à coluna uma idéia de exceção, camuflando a lacuna e, simultaneamente, exibindo-a.

Ferreira de Araújo demonstra grande empenho em desculpar-se com o leitor:

Doente o cronista, doente ou alistado em um batalhão de voluntários, voluntário ou preso sem noção de culpa, preso ou nadador barrigudo, força é que alguém o substitua por esta vez só, amigo leitor, que há tempos trazes o paladar apurado pelo manjar dos deuses, que todos os domingos te servem.²⁴

O absurdo das desculpas evidencia a necessidade das mesmas: somente por doença, guerra ou prisão o cronista poderia afastar-se do jornal, quebrando uma cadeia de publicações que simultaneamente criava e alimentava o horizonte de expectativas do leitor oitocentista. Era necessário ocupar o lugar deixado por Machado de Assis. Outra questão que ressalta do fragmento acima: o leitor é um “amigo”, alguém a quem não se poderia

²³ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “29 de outubro de 1893”. In.: _____. *A semana*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson Inc., 1957. V.1. p.409

²⁴ _____. Op. cit., p.435

decepcionar, um “amigo” que já se habituara a encontrar “manjares jornalísticos” naquela mesma seção do periódico, *todo domingo*.

O hábito estabelecido pelo cronista machadiano parece ter um papel fundamental na interação do jornal com o receptor: resguardá-lo, ao que tudo indica, é essencial. Na crônica de 29 de outubro, em que retorna Machado de Assis, um outro aspecto dessa necessidade de se criarem e alimentarem hábitos de recepção aparece no diálogo do cronista com a leitora ousada e irrequieta:

-Não, não me mande embora, deixe-me ficar ainda um instante. É tão bom vê-la, mirá-la... E depois, advirto que estou apenas na tira oitava, e tenho de dar, termo médio, doze.

-Vamos; fale por tiras.

-Tomara poder falar-lhe por volumes, por bibliotecas. Não esgotaria o assunto: tudo seria pouco para dizer os seus feitiços e o gosto que sinto em estar a seu lado.²⁵

O cronista parece ficar à mercê do consumidor: pede que este continue a lê-lo. Só que a advertência de que um determinado número de tiras deveria ser preenchido, além de apontar para a obrigação profissional do jornalista – que deve ocupar um determinado espaço no papel, espaço este que lhe é prévia e sistematicamente indicado – dá outra dimensão ao relacionamento escritor/jornal/público: o termo mediano desse circuito – o jornal – tinha sua organização particular, a qual precisava ser seguida pelos dois outros termos – escritor e público, isso para que se estabelecessem hábitos de consumo para a mercadoria adquirida, emprestada ou ouvida, i.e., a fim de que o que estivesse impresso pudesse ser conhecido. Assim, o aparecimento repetitivo da mesma coluna, nos mesmos dias, em um dado periódico, seria, de um lado, garantia de circulação para o jornal e, de outro, garantia de *distração* para o consumidor.

Dividir o espaço do papel impresso entre o texto literário ou não e anúncios de Semolina, espartilhos, máquinas de costura; usar o texto como moldura para uma ilustração central; conversar familiarmente com os leitores; publicar as seções sempre na mesma página e em dias pré-determinados; usar linhas separadoras de colunas e condutoras do olhar do leitor; trabalhar com tipos maiores para facilitar a leitura...²⁶ Todas essas estratégias, muitas delas simbolizando uma incorporação de práticas culturais auditivas ao

²⁵ _____. Idem, p.409

²⁶ PINA, Patrícia Kátia da Costa. Op. cit., p.149-162

espaço da escrita, funcionaram para persuadir, seduzir, envolver o receptor oitocentista brasileiro.

Todas elas indiciam o imenso valor cultural da página jornalística nesse processo de construção de hábitos de leitura e consumo do impresso, permitindo que se reflita sobre sua funcionalidade social, sobre como o jornal, enquanto suporte da escrita – literária ou não –, contribuiu para uma espécie de educação informal do público, tornando-se, até hoje, mídia privilegiada no reino da escrita, configurando-se como a alavanca de Arquimedes a que se referiu Machado de Assis, em 1859.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Márcia. “Prefácios: Percursos da Leitura”. In.: _____ (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, Sp, Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, FAPESP, 2002.

ARAÚJO, Ferreira de. “22 de outubro de 1893”. In.: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *A semana*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson Inc., 1957. V.1.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “29 de outubro de 1893”. In.: _____. *A semana*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson Inc., 1957. V.1.

_____. “O Jornal e O Livro”. In.: _____. *Obras completas*. 5ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1985. V.3.

BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

CAMPOS, Humberto de. “Elogio do Analfabetismo”. In.: *Diário da Tarde*. Ilhéus, 28 de março de 1933,

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Tradução de Mary Del Priore. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994.

_____. “Do Livro à Leitura”. In.: _____ et alii. *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. Introdução de Alcir Pécora. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

_____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, Artmed, 2001.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996.

_____. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo, Ática, 2001.

LIMA, Luiz Costa. “Da Existência Precária: O Sistema Intelectual no Brasil”. In.: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.

_____. “Comunicação e Cultura de Massa”. In.: MOLES, Abraham A. et alii. *Teoria da cultura de massa*. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 4ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

_____. “Machado de Assis: Mestre de Capoeira II”. In.: *Jornal do Brasil, Caderno Idéias*. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1997.

NOVAES, Faustino Xavier de. “Chronica”. In.: *O Futuro: periodico litterario*. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rev201, V.1, n1, set.1862.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro*. Ilhéus, EDITUS, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das mídias*. 2ed. São Paulo, Experimento, 2000.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.